

Elementos para uma epistemologia do jornalismo

Orlando Tambosi*

Resumo

O autor defende a necessidade de se construir uma epistemologia do jornalismo que esclareça e aprofunde conceitos como objetividade, verdade e fato, fundamentais às ciências, à filosofia, ao jornalismo e à própria racionalidade.

Palavras-chave: jornalismo, epistemologia, objetividade

Resumen

El autor defiende la necesidad de construirse una epistemología del periodismo que esclarezca y profundice conceptos como objetividad, verdad y hecho, fundamentales a las ciencias, a la filosofía, al periodismo y a la propia racionalidad.

Palabras-clave: periodismo, epistemología, objetividad

Abstract

The author defends the necessity to construct an epistemology of journalism which studies on clarifies and deepens concepts as objectivity, truth and fact, essential elements to sciences, philosophy and journalism.

Keywords: journalism, epistemology, objectivity

* Professor de Filosofia, Epistemologia e Ética do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Autor de *O declínio do marxismo e a herança hegeliana*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.

O problema

Se, como pretendem algumas perspectivas teóricas, o jornalismo é efetivamente uma *forma de conhecimento* – ao lado da filosofia e da ciência –, qual é seu estatuto epistemológico? O que o distingue das demais formas estabelecidas de conhecimento e quais os pressupostos que lhe são próprios? Será a realidade de que trata o jornalismo, em sentido ontológico, diferente da realidade de que tratam as ciências e a filosofia? Terá o jornalismo, em sentido epistemológico, um modo de declarar, afirmar ou descrever diferente do de outras áreas? O que é fato para o jornalismo não será fato para as ciências e vice-versa? Qual o conceito de verdade operado pelo jornalismo? Preliminarmente, deve-se reconhecer que bastante clareza se tem hoje em relação às técnicas específicas do trabalho jornalístico, mas o mesmo não pode ser dito quanto ao tratamento dado pelas teorias do jornalismo e da comunicação ao esclarecimento de conceitos que são tão cruciais para o seu campo quanto para a filosofia e as ciências.

Objetividade, verdade e fato, por exemplo, são três desses conceitos fundamentais à própria racionalidade e à inteligibilidade do mundo, embora amplamente hostilizados por tendências filosóficas e culturais velhas e novas, como o idealismo, o construtivismo, o perspectivismo, o “desconstrucionismo” e o pós-modernismo. Tratam-se de posições que, por seu forte relativismo, convergem na rejeição ao *realismo* (que chamei de *empírico*, mas que é também conhecido como *realismo externo* ou *científico*), assim denominado porque pressupõe: 1) que existe um mundo real, externo, independente dos nossos desejos, opiniões, pensamentos e preferências, assim como da nossa linguagem e dos nossos textos; 2) que temos acesso perceptivo a essa realidade pelos sentidos; 3) que as palavras de nossa linguagem, por terem significados razoavelmente claros, podem ser usadas para nos referirmos aos objetos reais e para falarmos sobre eles, constituindo uma *linguagem pública*, referente a um *mundo público*; 4) que nossas afirmações ou proposições são verdadeiras ou falsas dependendo de corresponderem ao modo de existência das coisas, isto é, aos fatos do mundo real (Searle, 2000, p. 18-9).

As teorias do jornalismo e da comunicação seguem, em geral, a perspectiva anti-realista e são particularmente críticas em relação à objetividade, tida como impossível, inatingível, ou desqualificada como mero ritual estratégico ou ideológico das classes dominantes, além de fruto de ultrapassados “valores positivistas”. A algumas delas, ignorantes de que a

ruptura entre fatos e valores (conforme a chamada “Lei de Hume”) é o marco da modernidade consolidada pelas revoluções científicas, repugna a própria distinção entre “fato” e “opinião”. O realismo, nessa visão distorcida, aparece quase sempre na sua versão ingênua: seria uma teoria do “espelho”, o espelho da realidade através da notícia.

Prevalece, nessas teorias, a perspectiva construtivista, bastante influenciada pela sociologia do conhecimento e pela filosofia de Alfred Schutz (1899-1939), aluno de Husserl (1859-1938) que tentou dar uma fundamentação fenomenológica às ciências sociais. O lema dessa vertente pode assim ser resumido: “A realidade é construída socialmente” (Tuchman, 1978; Berger e Luckmann, 1999). Constitui idéia canônica para a sociologia do conhecimento em geral que, por ser um artefato humano, produzido por sujeitos que operam em condições sociais e culturais particulares, o conhecimento necessariamente reflete as particularidades e peculiaridades dessas circunstâncias, solapando a objetividade (ver Rescher, 1997, p. 33).

Ocorre que a maioria dos estudos, ao invés de enfrentar filosoficamente conceitos que se imbricam, como os acima citados, procura deles se desvencilhar sem argumentos e justificações consistentes. A posição aqui sustentada, ao contrário, é que eles são elementos indispensáveis à construção de uma epistemologia do jornalismo. Em poucas palavras, somente o realismo empírico pode servir de ponte entre o jornalismo, a filosofia e as ciências. Reivindicando a independência do real, a teoria referencial do pensamento e da linguagem e a teoria da verdade como correspondência, o realismo permite esclarecer conceitos complexos e tão mal compreendidos como, notadamente, os de *objetividade* e *fato* (observe-se que este último tende a ser reduzido à formulação historicista: fato é somente o *factum* teorizado por Vico, que exclui a natureza física). Significativa, nesse aspecto, a retomada de tais conceitos por parte de expressivos filósofos contemporâneos, entre os quais John R. Searle, Robert Nozick, Thomas Nagel e Nicholas Rescher.

É à luz dessas contribuições que se pretende explorar neste estudo, em primeiro lugar, alguns conceitos e elementos fundamentais para uma epistemologia do jornalismo, esperando-se, como resultado, pelo menos desfazer certos mal-entendidos que tornam filosoficamente ingênuas e descontextualizadas algumas teses correntes tanto no jornalismo quanto nas ciências sociais e humanidades. Em segundo lugar, pretende-se analisar a

pretensão de conhecimento do jornalismo, levantando-se a hipótese de que só o jornalismo investigativo pode constituir efetivamente uma *forma de conhecimento*, na medida em que, valendo-se inclusive de métodos científicos, gera conhecimento sobre fatos que de outro modo permaneceriam opacos.

Quadro teórico

É quase senso comum, na cultura contemporânea, supor que não existe objetividade porque o sujeito cognoscente é naturalmente incapaz de ser imparcial: todo conhecimento é sempre mediado por um ponto de vista, uma predileção, um valor (não apenas cognitivo, mas político ou ideológico). Tenta-se resolver a separação entre sujeito e objeto, de acordo com nossas antigas raízes antropocêntricas, em favor do sujeito, da mesma maneira com que se diz que os positivistas tentaram resolver a questão em favor do objeto. Em resumo, se o positivismo sacralizava o *objeto*, o culturalismo pós-moderno sacraliza o *sujeito*, abrindo-se ao relativismo mais exacerbado.

O problema é que a dicotomia sujeito/objeto é irresolúvel, apesar de vários filósofos terem procurado, ao longo da história, tornar *idênticos* ambos os lados da questão, a exemplo de Hegel e seus seguidores dialéticos. Reconhecer a objetividade, um mundo real, acessível publicamente, não implica eliminar-se o sujeito nem sucumbir ao fisicalismo do Círculo de Viena. Mas é necessário reconhecer também que existem declarações e situações irremediavelmente subjetivas, e, por isso mesmo, tão ou mais importantes e adequadas, na maioria das circunstâncias vividas pelas pessoas, que qualquer proposição científica. Boa parte do nosso mundo cotidiano, de fato, é constituída de fenômenos ontologicamente subjetivos.

O conceito de objetividade deve ser analisado em sentido epistêmico e em sentido ontológico. De acordo com Searle (2000, p. 48-9), ambos comportam a dicotomia sujeito/objeto, isto é, há uma objetividade e subjetividade epistêmicas e uma objetividade e subjetividade ontológicas. O sentido epistêmico se aplica a afirmações, ao *modo de conhecer* (conhecimento *objetivo*), enquanto o ontológico diz respeito ao *modo de existência* das coisas no mundo (a *realidade objetiva*). De qualquer modo, tenha-se presente que é o *nosso* conhecimento que faz emergir diante de nós essa realidade objetiva, um mundo já constituído, e que assim era antes que o conhecêssemos. Podemos afirmar que o mundo é real e independente de nós só porque assim o conhecemos, mas isto não nos autoriza a concluir, de maneira idealística, que as coisas são assim por efeito do nosso conhecimento (Brena, 2003, p. 243).

No sentido epistêmico da distinção entre objetivo e subjetivo, uma afirmação é considerada *objetiva* se reconhecida como verdadeira ou falsa independentemente dos nossos sentimentos e predileções (exemplo: “Getúlio Vargas nasceu no Rio Grande do Sul”); uma afirmação é considerada *subjetiva* se depende essencialmente das atitudes e sentimentos dos observadores (exemplo: “Machado de Assis é melhor escritor que Guimarães Rosa”). Se no primeiro caso a afirmação é objetiva porque podemos saber com certeza se é verdadeira ou falsa, no segundo caso é subjetiva porque sua “verdade” expressa um valor, uma questão de gosto.

Já o sentido ontológico se refere “ao *status* do modo de existência de tipos de entidade no mundo”. Assim, planetas, montanhas e rios têm um modo de existência objetivo, independente do observador; pensamentos, sentimentos e dores têm um modo de existência subjetivo, dependente do sujeito que os experimenta. Completa Searle em outra passagem: “a dor no meu dedo do pé é ontologicamente subjetiva, mas a afirmação “JRS está com uma dor no dedo do pé” não é epistemologicamente subjetiva. É uma simples questão de fato (epistemologicamente) objetiva, não uma questão de opinião (epistemologicamente) subjetiva.”

A objetividade ontológica pode ser pensada ainda em termos de uma segunda distinção: entre “fatos brutos”, isto é, a realidade físico-natural, precisamente aquela independente do observador, e fatos sociais e institucionais, isto é, os fatos dependentes do observador. Somente neste último caso é que se pode falar em “construção da realidade social” (Searle, 1996). Isto não significa, porém, assumir a perspectiva construtivista, para a qual a expressão mais adequada é “construção social da realidade”. Uma realidade construída socialmente pressupõe uma realidade independente de todas as construções sociais. Em outras palavras, não há fatos sociais e institucionais sem fatos brutos. Para se “construir” dinheiro, propriedades e linguagem, exemplifica Searle na mesma obra (1996, p. 214), é necessário partir de materiais brutos como pedaços de metal, papel, terra, sons e sinais. E conclui:

“Os materiais brutos não podem, por sua vez, ser construídos socialmente sem pressupor algum material ainda mais bruto a partir do qual são construídos, até alcançar enfim um fundamento em fenômenos físicos brutos independentes de todas as representações. A subjetividade ontológica das realidades construídas socialmente requer uma realidade ontologicamente objetiva a partir da qual é construída.”

É nessa perspectiva que Searle (2000, p. 106) afirma que “a mente cria uma realidade social objetiva”. Tome-se como exemplo ainda o dinheiro, que só é dinheiro porque lhe atribuímos valor. Com efeito, se reduzirmos uma nota de 100 reais a seus elementos físico-químicos, veremos que a química e a física não conseguem explicar por que essa nota é dinheiro. “Um tipo de coisa só é dinheiro a longo prazo”, continua o filósofo, “se for aceito como dinheiro. E o que se aplica ao dinheiro aplica-se à realidade social e institucional em geral”. Dessa maneira, linguagem, governos, universidades, jornais, festas, jogos etc. são assim descritos porque os aceitamos e reconhecemos como tais, ou seja, atribuímos-lhes função. Vale dizer, são fatos cuja existência depende de nós. Mas isto não os torna subjetivos.

Fatos sociais e institucionais são, portanto, tão objetivos quanto os fatos brutos. Aliás, são objetivos todos os fatos que possuem as seguintes características, apontadas por Nozick (2001, p. 75-6; cf. também Rescher, 1997, p. 103):

- I. *Acessibilidade sob diferentes ângulos* – o acesso ao fato pode ser repetido pelos sentidos (visão, tato, etc) em tempos diferentes; pelo mesmo observador ou diferentes observadores (posso, por ex., ver e ouvir um debate e retomá-lo em outro dia ou semana, através de gravação ou filme); diferentes laboratórios podem reproduzir o fenômeno, e assim por diante;
- II. *Acordo intersubjetivo* – diferentes observadores podem chegar a um consenso sobre o fato (ex.: se declaro e mostro a uma turma de alunos que tenho nas mãos cinco pedaços de giz, há boas razões para dizer que se trata de um fato objetivo);
- III. *Independência* – um fato é objetivo se independe de nossas crenças, desejos, opiniões, etc.
- IV. *Invariância sob transformações admissíveis* – esta característica é específica das ciências, principalmente da física. Pode-se imaginar o seguinte exemplo: virar uma mesa de pernas para cima não altera suas propriedades.

Como demonstram os elementos aqui esboçados, o conceito de *objetividade* (com suas necessárias imbricações: *fato e verdade*) é essencial também para se pensar uma epistemologia do jornalismo. Com a advertência de que esta não pode sucumbir ao anti-realismo, quer na sua variante mais forte, que nega até mesmo a objetividade ontológica, quer nas

variantes mais fracas, que consideram impossível ou inatingível a objetividade epistêmica. Ora, objetivo é o sujeito (jornalista ou cientista) que tende a julgar pelos fatos, sem se deixar influenciar por sentimentos, preconceitos ou predileções. Segundo Hegenberg (2002, p. 95):

“é objetiva a pessoa que considere coisas, ações e ocorrências, observando-as, analisando-as, julgando-as e criticando o que delas se diga sem permitir que preferências de ordem pessoal intervenham em tais análises, avaliações e críticas. (...) É a pessoa que examina o mundo tal qual é, ou existe, preocupando-se com a realidade sem ‘deformá-la’ pela intromissão de suas próprias predileções.”

Em outros termos, é objetivo o jornalista que, ao escrever uma reportagem, guie-se pela imparcialidade, abstraindo de idiosincrasias pessoais ou “paroquialismos” (conforme a expressão de Rescher, 1997, p. 7). Reconheça-se que a objetividade, nesse sentido, não é completa, definitiva. Talvez seja melhor falar em graus ou níveis de objetividade. “Podemos pensar na realidade como um conjunto de esferas concêntricas que se vão revelando de maneira progressiva à medida que nos distanciamos gradualmente das contingências do eu” (Nagel, 1998, p. 13). Há áreas que podem ser mais objetivas que outras, tal como a ética, por exemplo, é mais objetiva que o ponto de vista do sujeito em sua vida privada, embora seja menos objetiva que a física.

Não se pretende aqui alegar que o jornalismo seja uma ciência, mas parece não haver dúvida de que ambos são epistemicamente objetivos, já que tanto o jornalista quanto o cientista procuram descobrir verdades ou investigar fatos que são independentes das atitudes, dos preconceitos e dos vieses de qualquer pessoa. A dificuldade maior para o jornalismo, em seus vários gêneros, é a dependência de fontes. O fato, nesse caso, comporta versões, que nem sempre correspondem à verdade. É um fato, por exemplo, que o senador Antônio Carlos Magalhães declarou não ter “grampeado” os telefones de seus adversários na Bahia, mas sua declaração não corresponde à verdade, segundo evidências contra ele apresentadas.

O jornalismo corre diariamente o risco de confundir declarações e fatos, pois nem sempre as declarações das fontes são ou podem ser checadas, isto é, nem sempre se sabe se correspondem aos fatos. Pelo menos neste aspecto, a atividade jornalística distancia-se bastante da atividade

científica, tornando-se menos objetiva que o trabalho do cientista. Quanto mais “declaratório” for o jornalismo, quanto mais depender exclusivamente de fontes, mais injustificável será sua pretensão de constituir-se como uma forma de conhecimento autônoma.

O risco mencionado é menor no gênero investigativo, em que a pauta elaborada pelo repórter é estruturalmente semelhante ao elenco de hipóteses que guia a pesquisa científica e em que é menor a dependência de fontes e versões. A pesquisa jornalística se equipara aqui à pesquisa científica, ambas buscando a objetividade. Do lado do jornalismo, o resultado será a revelação de fatos que eram até então desconhecidos ou, por razões e interesses vários, mantidos em segredo. Do lado da ciência, uma vez submetidas à prova as hipóteses levantadas, o resultado será uma nova descoberta no campo da realidade físico-natural (com as ciências naturais trazendo à luz novos fatos brutos) ou da realidade social e institucional (com as ciências sociais explicando novos fatos ou novas relações). Apenas sob esse ponto de vista, como já foi dito, pode o jornalismo (mas é algo a ser justificado) reivindicar o estatuto de *forma de conhecimento*, já que conhecer, em uma definição preliminar, “consiste em ter representações verdadeiras para as quais possamos fornecer certos tipos de justificação ou provas. Portanto, o conhecimento é, por definição, objetivo no sentido epistêmico, posto que os critérios para conhecer são impessoais e não arbitrários” (Searle, 1996, p. 171).

Em conclusão, reafirme-se que o realismo empírico, distante de qualquer relativismo (cujas variantes e equívocos o estudo deverá explicitar), é a alternativa mais consistente e frutífera para a elaboração de uma epistemologia do jornalismo que leve em conta as teorias filosóficas e científicas contemporâneas, com o objetivo de desfazer certas confusões conceituais quanto à objetividade, fato e verdade. A propósito deste último conceito, aliás, vale lembrar que pesquisa recente, realizada nos EUA por Kovach e Rosenstiel (2003, p. 69-70) com mais de 300 jornalistas, concluiu que “a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade”. Os autores, porém, definem a verdade como “o primeiro e mais confuso princípio”. E, invocando filósofos, contribuem eles próprios para aumentar a confusão, afirmando que há dois testes da verdade: “um é correspondência; o outro, coerência”. A coerência, resumem, “deve ser o teste derradeiro da verdade jornalística”. Ora, a verdade como coerência se aplica bem à lógica, não ao jornalismo: alguns enunciados ou declarações podem ser

logicamente coerentes sem apresentar qualquer correspondência com os fatos ou o mundo externo. Pode-se, por exemplo, elaborar um discurso literário coerente que nada tenha a ver com a realidade objetiva. A ficção tem liberdade de voar para além do realismo.

Mas uma concepção realista do conhecimento, como vimos, implica a teoria da verdade como correspondência ou adequação aos fatos, e esta é a única aplicável a um jornalismo que busque insistentemente os fatos, não se contentando apenas com versões. Abandonar o realismo em favor de posições relativistas, como preconizam algumas teorias, é abandonar a própria possibilidade de comunicação, que tem como pressuposto a existência de um mundo público, uma realidade publicamente acessível e objetiva, independente das nossas representações, sentimentos e desejos, e que, graças a uma linguagem também pública, pode ser compreendida da mesma maneira por diferentes falantes e ouvintes. Mas isto constitui tarefa para muito além do texto aqui esboçado.

Referências bibliográficas

- BERGER, Peter L, e Luckmann, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 18ª ed., 1999.
- BRENA, Gian Luigi. *Loggettività in filosofia e nella scienza*. Pádua: Cleup, 2003.
- HARRÉ, Rom, e Krausz, Michael. *Varieties of relativism*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HEGENBERG, Leonidas. *Saber de e saber que. Alicerces da racionalidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HUME, David. *A treatise of human nature*. Londres: Penguin, 1969.
- KOVACH, Bill, e Rosenstiel, Tom. *Os elementos do jornalismo. O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- NAGEL, Thomas. *Una visión de ningún lugar*. México: Fondo de Cultura Económica, 1ª reimpressão, 1998.
- NOZICK, Robert. *Invariances. The structure of the objective world*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.
- RESCHER, Nicholas. *Objectivity. The obligations of impersonal reason*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1997.
- SEARLE, John. R. *La costruzione della realtà sociale*. Milão: Edizioni di Comunità, 1996.

- _____. *Mente, linguagem e sociedade. Filosofia no mundo real.* Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- TUCHMAN, Gaye. *Making news. A study in the construction of reality.* Nova York: The Free Press, 1978.
- VICO, Giambattista. *Princípios de (uma) ciência nova.* São Paulo: Abril, Coleção "Os Pensadores", 1979.

Bibliografia complementar

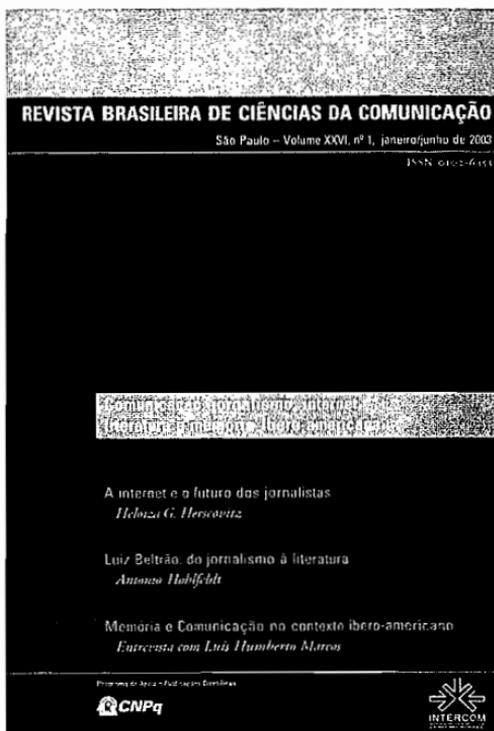
- ADORNO, T. W., e Horkheimer, M.. *Dialética do esclarecimento.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- ALTHEIDE, D. *Creating reality: how TV news distorts events.* Beverly Hills: Sage, 1976.
- AUDI, R. (Org.). *The Cambridge Dictionary of Philosophy.* Cambridge: Cambridge University Press, 3ª ed., 1998.
- BREEN, M. (Org.). *Journalism. Theory and Practice.* Paddington: Macleay Press, 1998.
- BUNGE, M. *La ciencia, su método y su filosofía.* Buenos Aires: Sudamericana, 3ª ed., 1998.
- _____. *Racionalidad y realismo.* Madri: Alianza Editorial, 1ª reimpressão, 1988.
- _____. *Epistemologia.* São Paulo: T. A. Queiroz, 2ª ed., 1987.
- CORNU, D. *Jornalismo e verdade.* Lisboa: Instituto Piaget, s/d.
- CURRAN, J., Gurevitch, M. e Woolacot, J. (Orgs.). *Sociedad y comunicación de masas.* México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- D'AGOSTINI, F. *Disavventure della verità.* Turim: Einaudi, 2002.
- DANCY, J., e Sosa, E. (Orgs.). *A companion to epistemology.* Oxford: Blackwell, 3ª ed., 1996.
- EISENSTEIN, E. L. *Le rivoluzioni del libro. L'invenzione della stampa e la nascita dell'età moderna.* Bolonha: Il Mulino, 1995.
- EKSTRÖM, M. "Epistemologies of TV journalism. A theoretical framework". *Rev. Journalism*, Londres, vol. 3(3), 2002.
- FEYERABEND, P. *Contra o método.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

- GELLNER, E. *Pós-modernismo, razão e religião*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.
- _____. *Relativism and the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 3a. reimpressão, 1990.
- GENRO FILHO, A. *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GILLESPIE, C. H. *The Edge of Objectivity. An essay on the history of scientific ideas*. Princeton: Princeton University Press, 3ª ed., 1990.
- GOMES, W. "Verdade e perspectiva (A questão da verdade e o fato jornalístico)". Salvador: Revista Textos, 1997b.
- GOZZINI, G. *Storia del giornalismo*. Milão: Bruno Mondadori, 2000.
- GUERRA, J. L. *A objetividade no jornalismo*. Salvador: Ufba, Dissert. de mestrado, 1998 (mimeo).
- HALL, S., Hobson, D., Lowe, A. e Willis, P. *Culture, media, language. Working papers in cultural studies, 1972-1979*. Londres: Hutchinson, 1980.
- HOLLIS, M., e Lukes, S. *Rationality and relativism*. Cambridge: MIT Press, 6a. reimpressão, 1994.
- HOLTON, G. *Science and anti-science*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- HONDERICH, Ted (Org.). *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- HORGAN, J. *O fim da ciência*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril-Cultural, 1980.
- KELLER, E. F. *Reflections on gender and science*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- KINCAID, H. *Philosophical foundations of the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KIM, J., e Sosa, E. (Orgs.). *A Companion to Metaphysics*. Oxford: Blackwell, 1a. reimpressão, 1997.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- KUNCZIK, M. *Conceitos de jornalismo*. São Paulo: Edusp, 1997.

- LAGE, N. *Controle de opinião pública. Um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LATOURE, B., Woolgar, S. *A vida de laboratório*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997.
- LEVITT, N. *Prometheus bedeviled. Science and the contradictions of contemporary culture*. N. Jersey: Rutgers University Press, 1999.
- MATTELART, A., e M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2ª ed., 1999.
- MEDITSCH, E. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.
- MELOGRANI, P. *La modernità e i suoi nemici*. Milão, Mondadori, 2000.
- NAGEL, T. *A última palavra*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- NACCI, M. *Pensare la tecnica. Um secolo di incomprensioni*. Roma-Bari: Laterza, 2000.
- PARENTI, M. *Inventing reality. The politics of news media*. Nova York: St. Martin's Press, 2ª ed., 1993.
- PELLICANI, L. *I nemici della modernità*. Roma, Ideazione, 2000.
- POPPER, K. R. *Conjecturas e refutações*. Brasília: UNB, 2ª ed., 1982.
- _____. *Conhecimento objetivo*. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1975.
- RESCHER, N. *Scientific realism*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1987.
- RESTIVO, S. *Science, society, and values. Toward a sociology of objectivity*. Bethlehem: Lehigh University Press, 1994.
- RUSSELL, B. *Ensaio escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- RORTY, R. *Objetividad, relativismo y verdad. Escritos filosóficos 1*. Barcelona: Paidós, 1996.
- SCHEFFLER, I. *Science and subjectivity*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2ª ed., 1985.
- SEARLE, J. R. *A redescoberta da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *O mistério da consciência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SCHUDSON, M. *Discovering the news: a social history of american newspapers*. Nova York: Basic Books, 1978.

- _____. *The power of news*. Londres: Harvard University Press, 1995.
- SOUSA, J. P. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó-Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002.
- TAGLIACOZZO, G. (Org.). *Vico y Marx. Afinidades y contrastes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- TAMBOSI, O. *O declínio do marxismo e a herança hegeliana*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Veja, 1993.
- _____. *Jornalismo 2000*. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.
- USBERTI, G. (Org.). *Modi dell'oggettività*. Milão: Bompiani, 2000.
- VAN DIJK, T. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Editora Contexto, 1992.
- WEBER, M. *Ciência e política. Duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 3ª ed., s/d.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 3ª ed., 2001.
- WRIGHT, C. *Truth and objectivity*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

A sua opção em revista científica de Ciências da Comunicação



Publicação semestral da Sociedade Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação – Intercom

Assinatura anual: R\$ 50,00

Preencha já o cupom de pedido que e encontra no final da
revista e envie acompanhado de cheque nominal para:

**Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação**

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – bloco B9 – Sala 2
CEP 05508 - 900 – São Paulo – SP Tel/fax: (0__ 11) 3091-4088
web: <http://www.intercom.org.br> e-mail: intercom@edu.usp.br